

Depoimento

Por outro lado, a Coordenadoria de Turismo tem sob sua jurisdição o Parque Estadual do Jaraguá, onde explora arrendamento de edificações para lanchonete e estacionamento.

Há necessidade portanto, em termos de funções exercidas pelo Estado, no campo de turismo, de se propor uma reestruturação do aparelho público, buscando uma maior racionalidade na sua administração.

É evidente que críticas apressadas e sem base de conhecimento do fenômeno existem e ainda existem. Elas se mostram, principalmente, em relação à discussão do que é a área de atuação das iniciativas públicas e privadas. No entanto, basta uma análise mais profunda e isenta de problema para se verificar que a atuação do Estado no turismo, em São Paulo, tem sido sempre de apoio à iniciativa privada. De todos os hotéis de propriedade do Estado, apenas três não foram arrendados para a iniciativa privada. Exatamente por se constituírem em investimento pioneiro, visando desenvolver turisticamente as regiões onde estão estabelecidos.

Situação atual

Os setores governamentais dedicados ao turismo no Estado de São Paulo são constituídos pela Coordenadoria de Turismo, Estrada de Ferro Campos de Jordão e o Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias. Abaixo as seguintes características orçamentárias desses três órgãos em 1986.

Coordenadoria de Turismo: dotação orçamentária total, Cz\$ 17.965.831,99; pessoal, Cz\$ 14.203.873,00; receitas próprias previstas, Cz\$ 257.304,00.

Estrada de Ferro Campos de Jordão: dotação orçamentária total, Cz\$ 19.102.634,00; pessoal, Cz\$ 14.704.626,00; receitas próprias previstas, Cz\$ 5.954.338,48.

Fumest: dotação orçamentária total, Cz\$ 86.499.433,00; pessoal, Cz\$ 50.510.810,00; receitas previstas, Cz\$ 148.000,00.

A análise destes dados mostra que grande parte dos recursos governamentais na área de turismo são destinados às despesas com pessoal. Os recursos voltados para a implantação e melhoria da infraestrutura turística são marginais, assim como os recursos destinados à promoção turística, o que torna a produtividade da ação governamental bastante comprometida. Os recursos aplicados com uma folha de pagamentos, proporcionalmente elevada, não promovem os resultados esperados pela escassez de recursos existentes para promoção e implantação de uma infraestrutura adequada.

Na Coordenadoria de Turismo, 78% de seu orçamento são destinados ao pagamento de pessoal, sendo que, deste total, pelo menos 30% dos funcionários são improdutivo. Já na EFCJ, gasta-se 77% com pessoal e deste total 55% cobrem despesas de aposen-



tadoria e pensões. No Fumest, 60% são gastos com pessoal e os demais 40% não são destinados exatamente para melhoria da infraestrutura turística ou da promoção, pois o órgão faz investimentos também na urbanização das estâncias.

Ao lado deste quadro de recursos escassos e mal alocados, nota-se um montante de receitas próprias insignificante. Pelo volume de equipamentos turísticos que são administrados pelo Estado, essas receitas se mostram extremamente reduzidas. A Coordenadoria de Turismo administra o Parque Estadual do Jaraguá, a E.F. Campos do Jordão, a Caverna do Diabo, o Balneário de Águas Claras e vários equipamentos em Campos do Jordão; o Fumest é proprietário de onze hotéis e inúmeros balneários.

Todos estes equipamentos turísticos foram implantados com recursos públicos e seus benefícios são privatizados ou destinam-se a alguns poucos privilegiados. Grande parte deles está arrendada a valores irrisórios e os demais possuem tarifas absolutamente defasadas do mercado. Assim não justifica-se a manutenção pelo Estado de equipamentos como alguns hotéis, para que uma minoria possa desfrutá-los a preços muito abaixo dos congêneres privados.

Proposições

Com o objetivo de uma maior racionalização da administração pública, propõe-se uma série de medidas que se consubstanciarão na criação de uma empresa pública responsável pela promoção, planejamento, fiscalização e operação do turismo paulista. Sendo que entidades como Abav (Associação Brasileira de Agentes de Viagens) e Abih (Associação Brasileira da Indústria Hoteleira, Sindicato das Empresas de Turismo), entre outras, poderão colaborar com subsídios.

A criação de uma empresa pública de turismo, no entanto, não significa um aumento da ingerência do Estado na economia. O que se propõe é apenas uma modificação do estatuto jurídico da atuação governamental no setor.

Em síntese, uma maior agilização da administração pública, sem ampliação de sua área de atuação. A criação dessa empresa apresenta vantagens: a união de três órgãos que se justapõem, permitindo uma maior racionalidade na utilização dos recursos humanos, financeiros e técnicos; a remuneração dos recursos humanos a níveis compatíveis com o mercado de trabalho permitirá que o Estado concorra com a iniciativa privada na contratação dos técnicos mais capacitados, além de propiciar maior produtividade desta mão-de-obra especializada.

A administração dos equipamentos turísticos públicos através de uma empresa permitirá ampliar, sobremaneira, as receitas próprias deste órgão. A criação de uma empresa paulista de turismo permitirá, por fim, a criação de novas fontes de receitas, hoje inviáveis através da administração direta.

Dentro do Governo de Franco Montoro, sob a administração tanto do ex-secretário Caio Pompeu de Toledo como do atual Sérgio Barbour, procuramos incrementar o turismo paulista. Tenho certeza que o governo Orestes Quércia dará continuidade ao trabalho iniciado, o que sem dúvida beneficiará toda a população e os mais de 50 mil empregados no Estado de São Paulo que trabalham com a atividade turística.

Caio Luiz de Carvalho,
coordenador de Turismo